

A dimensão política da educação ambiental no projeto político pedagógico (PPP) de um colégio estadual em um município no sudoeste do Estado do Paraná – Brasil

Thainá Marcella Cordeiro¹
Anelize Queiroz Amaral²
Daniela Macedo de Lima³
Rosângela Maria Boeno⁴

Resumo

O presente estudo, traz como objeto de pesquisa, a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), de um determinado Colégio Estadual, localizado em um município do Sudoeste do estado do Paraná - Brasil. Desta forma, traz-se como problema de pesquisa a investigação acerca de possíveis indicadores que apontem para a dimensão política da Educação Ambiental presente no PPP. Sendo assim, este trabalho traz um breve panorama histórico sobre a Educação Ambiental desde seu surgimento até ser discutida no âmbito da Educação brasileira e a incorporação desta em documentos oficiais. Para tanto, o percurso metodológico utilizado nessa pesquisa, foi de cunho qualitativo por meio do levantamento bibliográfico e da análise documental do PPP do Colégio Estadual em questão, portanto, buscou-se verificar como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida no colégio, e se neste documento PPP evidencia-se indicadores da dimensão política da Educação Ambiental e de que forma são mencionados. Contudo, após as análises observou-se a presença da Natureza Política da Educação Ambiental, bem como os limites e possibilidades do desenvolvimento dessa prática na Instituição de Ensino de Educação Básica. Ainda, foi possível visualizar a busca pelo desenvolvimento do senso crítico de seus educandos e a construção da formação de sujeitos reflexivos quanto ao atual modelo de relação sociedade-natureza.

Palavras-Chave: Dimensão Política; Educação Ambiental; Projeto Político Pedagógico.

1. Introdução

A Educação Ambiental (EA) está muito presente na atualidade e não somente presente, mas sendo exigida por diversos documentos desde à época de 1988 em todos os níveis de ensino. Esta, serve como um meio para despertar na sociedade a sensibilização, pensamento crítico e reflexivo das questões socioambientais.

¹ Mestranda em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, Paraná. E-mail: thainamarcella@hotmail.com

² Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Rio Claro, São Paulo, Brasil; Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos. E-mail: anelizeamaral@utfpr.edu.br

³ Doutora em Ciências (Agronomia - Produção Vegetal), Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil; Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos. E-mail: danielamacedodelima@gmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, Paraná, Brasil; Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos. E-mail: rosangelaboeno@utfpr.edu.br

No entanto, o que observamos atualmente é um desmonte de diversas políticas públicas socioambientais construídas no decorrer de anos e o esforço de vários pesquisadores de se posicionarem em prol desse campo de estudos que diz respeito ao nosso bem comum.

De acordo com Oliveira e Royer (2019), observa-se na atualidade uma tendência de silenciamento e perda de espaço destacadas em muitas pesquisas acerca dos documentos oficiais que tratam de políticas públicas que regulamentam esse campo, como por exemplo a atual Base Nacional Comum Curricular. Para esses autores a Educação Ambiental vêm sendo mencionada de forma reducionista, resumindo-a num mero instrumento para conservação de recursos.

Nesse sentido, observamos que a Educação Ambiental passou por vários momentos históricos até chegar a ser discutida no âmbito da Educação, uma vez que, o surgimento desta se deu por meio da “preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações” em movimentos ambientalistas na década de 1960 (CARVALHO, 2012, p.51), ou seja, seu surgimento se deu no palco dos movimentos sociais ambientalistas e não no campo da Educação, até mesmo por se tratar de um período em que essas questões não podiam ser colocadas em pauta.

Tal período supracitado, trata-se dos movimentos ambientalistas que ocorreram na época da ditadura militar na década de 1960-1970, o que trouxe algumas fragilidades teóricas-metodológicas para este campo, devido à perspectiva conservacionista em seu surgimento visar o salvacionismo do meio ambiente, e não uma Educação Ambiental crítica/reflexiva.

A partir deste período e com o passar dos anos, além da perspectiva conservacionista, outras surgiram nesse campo que é permeado por constantes disputas e rupturas teóricas, sendo elas, a perspectiva pragmática emergindo a partir da década de 90 por meio da ênfase na problemática dos resíduos urbanos/industriais e, com o decorrer do tempo também passa a ter um viés sobre o consumo sustentável, porém ainda num viés capitalista. Por fim, temos o surgimento da perspectiva crítica da Educação Ambiental nesse mesmo período de forma concomitante, permeada por um viés sociológico e político (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Atualmente é muito comum encontrar nas Escolas de Educação Básica ações reducionistas, pontuais e fragmentadas voltadas aos dias comemorativos específicos sobre as questões socioambientais (dia da água, dia da árvore, semana do meio ambiente, entre outras datas), sem haver o devido questionamento e reflexão quanto as ações que vem acontecendo em âmbito local-global entre a sociedade-natureza de forma contínua e contextualizada. Sendo assim, é preciso avançar para perspectivas que ultrapassem ações meramente pontuais, descontextualizadas e pragmáticas. Precisamos reconhecer a necessidade de uma perspectiva

que questione o atual modelo de relação sociedade-natureza, obsolescência programada/simbólica, desigualdades sociais e injustiças socioambientais (AMARAL, 2018).

Mediante este contexto tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Quais indicadores da natureza política da Educação Ambiental podemos levantar no PPP da Escola de Educação Básica de um município localizado no Sudoeste do Paraná?

Assim, ao longo do presente trabalho foi abordado um breve panorama sobre a Educação Ambiental, desde seu surgimento a partir de eventos a nível mundial, bem como, sua inserção em documentos oficiais e no campo educacional brasileiro. A apresentação da Natureza Política da Educação Ambiental, descrita por Carvalho (2006) abordando as dimensões ética e estética, dos conhecimentos e a dimensão política da Educação Ambiental. Após esse momento, deu-se início a análise e discussão do PPP em busca das Natureza Política da Educação Ambiental no contexto dessa Escola de Educação Básica.

2. Um breve panorama da Educação Ambiental

Nos dias atuais, vem sendo discutidas ações voltadas ao meio ambiente, devido à degradação ambiental que vem se intensificando com o passar do tempo de várias maneiras, como por exemplo, pelas ações antrópicas por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos, desmatamentos, emissão de gases poluentes, produção de resíduos, contaminação dos bens naturais, dentre muitos outros indicativos. Sendo assim, a Educação Ambiental se torna um instrumento que pode ser usado como forma de questionar essas ações, tendo o objetivo de questionar o atual modelo de relação sociedade-natureza e instigar a diminuição de processos de degradação dos bens naturais e desigualdades sociais.

A Educação Ambiental vem sendo discutida desde meados de 1940, como no encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, época essa onde se tem os primeiros registros de falas sobre o conceito de Educação Ambiental (BRASIL, 2007, p.12), No ano de 1965 foi o momento em que registrou-se pela primeira vez a utilização deste termo em um artigo publicado no encontro ocorrido na Grã-Bretanha chamado “*The Keele Conference on Education and the Countryside*” (PARANÁ, 2008).

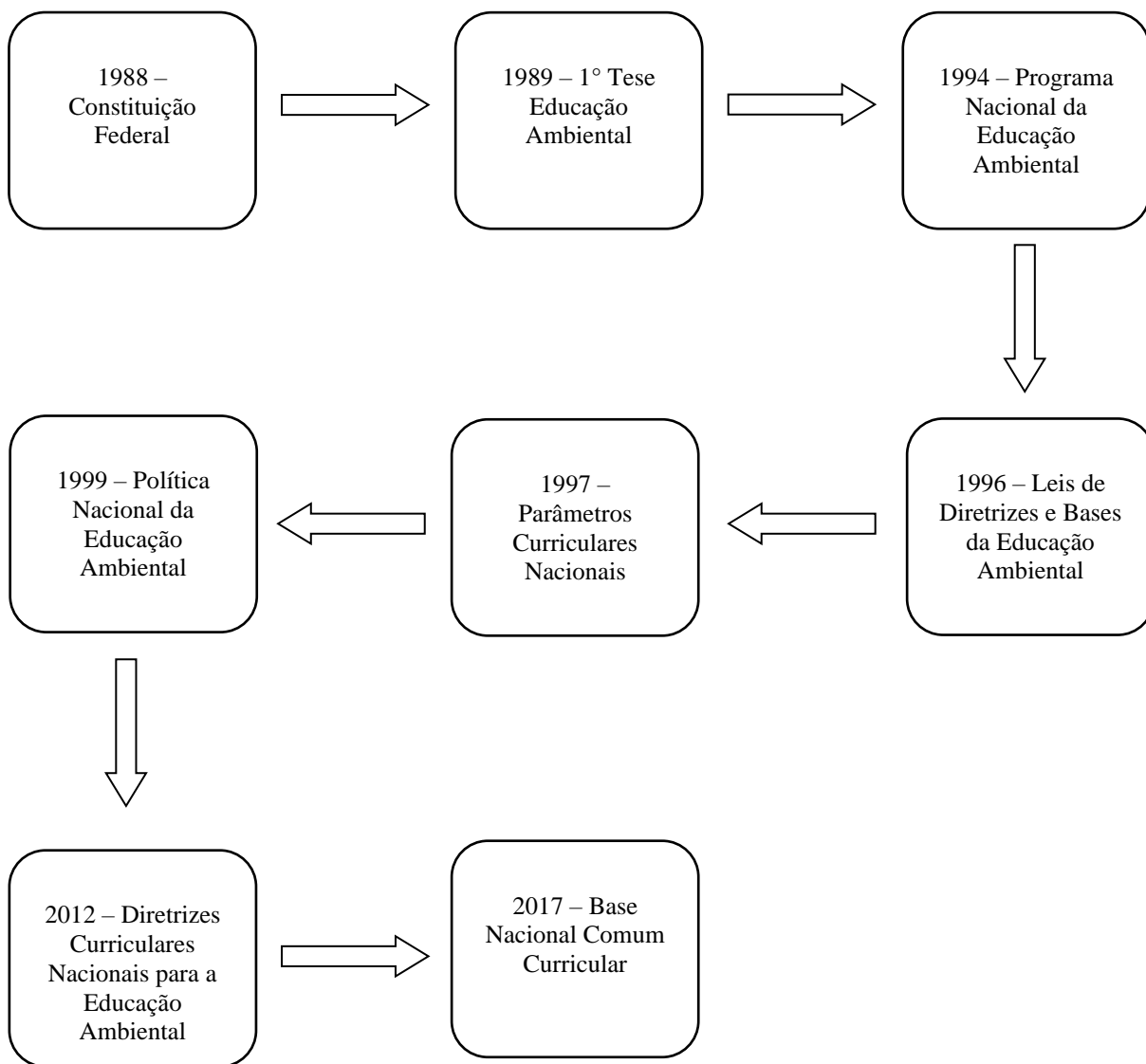
Dentro do âmbito educacional, somente no ano de 1975 após trinta e cinco anos desde o primeiro registro sobre o termo Educação Ambiental é que esta temática foi inserida nas pautas de eventos de grande dimensão, neste momento a Educação Ambiental foi reconhecida como um campo da Educação, ano este em que ocorreu o evento do Seminário Internacional sobre a Educação Ambiental, promovido pela UNESCO, e realizado em Belgrado, momento em que houve a criação do Programa Internacional de Educação

Ambiental – PIEA, o qual formulou os princípios orientadores para o futuro relacionado à Educação Ambiental (BRASIL, s/a).

Seguindo este histórico da Educação Ambiental, apenas a partir de 1988 é que a Educação Ambiental por meio da Constituição Federal, começou a ser exigida em todos os níveis de ensino no Brasil, como trazido por Amaral (2018, p.265), enfatizando que “no início dos anos 1980, começou a se impor a necessidade de incluir na arena dos debates ambientais as propostas relacionadas com os processos educativos, de forma a buscar outros caminhos para repensar a relação sociedade-natureza”.

Dessa forma, dentro do cenário educacional brasileiro, a Educação Ambiental passou por vários momentos históricos (Figura 1).

Figura 1 – Breve panorama histórico da Educação Ambiental no contexto brasileiro.



Fonte: Construção autoria própria, (2019)

Como pode ser observado na Figura 1, somente na década de 1980 com uma abertura política sendo instaurada no país, por meio da aprovação do parecer 226/87 pelo Plenário do Conselho Federal da Educação é que se considerou necessária a inclusão da Educação Ambiental nos conteúdos curriculares, sendo que na Constituição Federal de 1988 essa tendência ganhou força em seu inciso VI, artigo 255 que estabeleceu a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a sensibilização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p.36).

Pouco tempo após a menção feita sobre a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino pela Constituição Federal de 1988, durante o ano de 1989 foi publicada a primeira tese no Brasil nesta área, intitulada como “*A Temática Ambiental e a Escola de 1º grau*” pelo pesquisador doutor Luiz Marcelo de Carvalho, tornando-se um marco da Educação Ambiental brasileira.

A partir da década de 1990, muitos momentos históricos importantes para a Educação Ambiental no cenário educacional do Brasil aconteceram. Em 1994 por meio do amparo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi formulado o Programa Nacional da Educação Ambiental (ProNEA) o qual tinha por missão, “a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo Brasil” (BRASIL, 2014, p.26), de forma a promover a formação de educadores e gestores ambientais.

No ano de 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, neste documento menciona-se pouco sobre a Educação Ambiental, mas Amaral (2018, p.268) menciona que a LDB, “evidenciou a questão ambiental na educação escolar e em decorrência dessa legislação aprovou-se, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo MEC, definindo o meio ambiente como um dos temas transversais a ser trabalhado no ensino fundamental”.

Em 1999 foi sancionada a Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), trazendo em seus Art. 9º e Art. 10º em quais níveis de ensino, e de que forma a Educação Ambiental deve ser desenvolvida no processo educativo.

Ainda, como marco da Educação Ambiental na esfera educacional brasileira, temos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no ano de 2012, esta, dispõe sobre as orientações para a implementação da Lei nº 9.795/99 que institui a PNEA nas instituições de ensino de Educação Básica e Educação Superior.

A partir deste breve histórico da Educação Ambiental no âmbito da educação brasileira, a Educação Ambiental se torna um tema presente e de grande relevância dentro de

diversos âmbitos, não apenas na Educação formal, mas também, dentro das diversas discussões travadas pela sociedade, colocando em evidência a necessidade de pensar a sua dimensão política.

Uma vez que, a dimensão política da Educação Ambiental se torna uma questão muito importante para as discussões no campo educacional, pois, apresenta três elementos de grande valia para a sociedade, estes abordam as áreas da natureza dos conhecimentos, dos valores éticos e estéticos e da participação política do indivíduo. Com relação à dimensão dos valores éticos e estéticos, Carvalho (2006, p.34) menciona, existe,

[...] a necessidade de compreendermos melhor o nosso compromisso ético com a vida e com as futuras gerações e também de criarmos uma cultura que nos leve a novos padrões de relação sociedade-natureza. Por outro lado, insiste-se nas possibilidades de que trabalhos educativos incorporem valores relacionados com a dimensão estética da realidade, procurando explorar a beleza e os mistérios da natureza.

Desta forma, “tais reflexões nos encaminham para pensar sobre as possibilidades e limites da participação da escola no processo de construção de uma nova visão de mundo” (SENA; BONOTTO, 2012, p.185). Percebe-se a importância do trabalho da dimensão dos valores na escola, pois esta pode ter uma relação estreita junto ao indivíduo, de forma a proporcionar o desenvolvimento e compreensão de novos saberes, valores e habilidades em relação à natureza, possibilitando a busca de novos padrões sociedade-natureza, assim como a formação de sujeitos de caráter crítico-reflexivo.

Seguindo as dimensões da natureza política da Educação Ambiental, Cinquetti e Carvalho (2004, p.162, grifo do autor) relatam que:

Cabe a dimensão dos **conhecimentos** debater a relevância das ênfases e abordagens dos conteúdos e conceitos relativos à temática ambiental, tomando como parâmetro o conhecimento acumulado historicamente e disponível nas áreas das Ciências Naturais e Humanas, da Filosofia e de outras experiências de produção de conhecimento sobre o mundo da natureza e o mundo da cultura.

Dessa forma, o principal objetivo desta dimensão é resgatar conhecimentos reunidos anteriormente, possibilitando desenvolver e produzir conhecimentos individuais sobre as questões do meio natural, social e científico, levando em consideração o atual modelo de sociedade-natureza, traduzido em uma crise civilizatória, a qual é “caracterizada pelo desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza” tratando-se assim também sobre um problema de conhecimento (LEFF, 2015, p. 17). Ainda é necessário que seja dada a devida importância as relações dos sujeitos observando os aspectos sociais, culturais e naturais do mundo que os cerca (CARVALHO, 2006).

Além das dimensões de valores éticos/estéticos e a dos conhecimentos, temos ainda a dimensão política, representada pela participação e cidadania entre outros indicadores dessa dimensão. Amaral (2018) expõe que participação e cidadania, são uns dos diversos indicadores presentes dentro da dimensão política da Educação Ambiental, assim como outros indicadores: democracia, autonomia, emancipação, entre outros.

Esta dimensão para Carvalho (2006, p. 36), “[...] se concretiza pela práxis humana, por meio da participação coletiva dos indivíduos na construção do ideal de cidadania e de uma sociedade democrática”. Sendo assim, quando falamos em processo educativo dentro das Escolas de Educação Básica que envolva a temática da Educação Ambiental, Carvalho (2006 apud AMARAL, 2018, p.85) nos traz que “toda atividade que envolva o processo educativo e a temática ambiental deve ser considerada um ato político”, uma vez que se trata de escolhas e posicionamentos que devem ser tomados em prol de um bem comum, o que evidencia novamente a dimensão política da Educação Ambiental.

Diante do contexto apresentado, surgem questionamentos sobre como as Escolas de Educação Básica, e nesse caso a Escola Pública de um município do Sudoeste do Paraná vêm trabalhando a Educação Ambiental dentro do seu PPP, sendo este, um instrumento, que “exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como, a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos no processo educativo” (VEIGA, 1998, p.9), e se a Natureza Política da Educação Ambiental pode ser observada nesse documento e nas ações realizadas.

A seguir passaremos a descrever os procedimentos utilizados no percurso metodológico dessa investigação.

3. Procedimentos e abordagem de pesquisa

A abordagem da presente pesquisa foi de cunho qualitativo de investigação que, de acordo Amaral (2018, p.41), possibilita “interpretar e compreender os fenômenos em termos de significados e sentidos, a abordagem de pesquisa qualitativa nos possibilita situar o sujeito e o objeto de pesquisa no mundo”.

Para Gibbs (2009) devido à abordagem qualitativa apresentar grande diversidade em suas pesquisas, os dados dessas são essencialmente significativos.

Para a coleta dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica e análise de cunho documental, a qual pode ser “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que

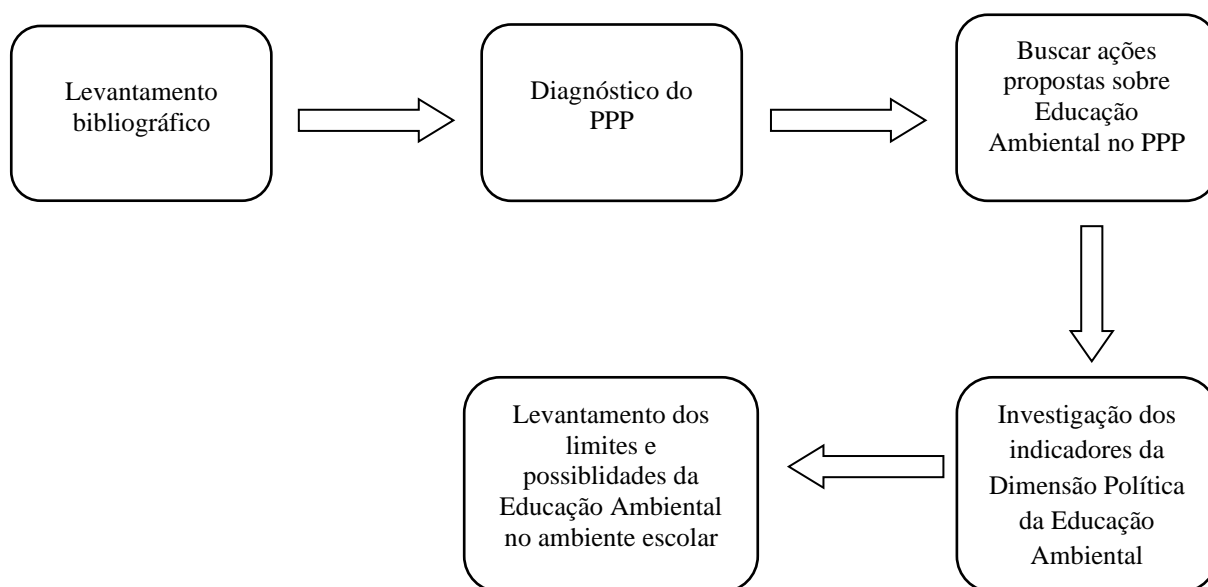
fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação” (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p.45).

Uma vez que, essa pesquisa tem como fonte de dados, o documento PPP, Godoy (1995) contribui mencionando que a realização da pesquisa documental, deve seguir três aspectos sendo, o primeiro a escolha do documento não devendo ser aleatório, o acesso a ele e a análise. Nesse sentido, buscou-se um documento de fácil acesso e relevância no contexto escolar, neste caso o PPP, que é um documento disponibilizado pela própria Escola de Educação Básica, com isso, inicialmente foi selecionado e caracterizado o tipo de documento para estudo, permitindo inferir sobre o determinado contexto, houve análise deste documento em busca de ações que caracterizem a Educação Ambiental e sua natureza política.

Nesse sentido, a investigação percorrida do presente trabalho no Projeto Político Pedagógico pode ser observada no percurso a seguir (Figura 2):

- 1º Solicitação a instituição de Educação Básica para uso do documento PPP;
- 2º Leitura flutuante do PPP;
- 3º Diagnóstico de forma detalhada do (PPP) do Colégio Estadual situado em um município no sudoeste do Paraná, a fim de verificar a presença do tema Educação Ambiental;
- 4º Análise das formas como as ações/temas sobre a Educação Ambiental estão sendo propostas no PPP;
- 5º Investigação acerca dos indicadores da dimensão política da Educação Ambiental;
- 6º Levantamento das possibilidades e limitações dessa prática no espaço escolar.

Figura 2 – Percurso metodológico da investigação.



Fonte: Construção autoria própria, (2019)

4. Resultados e Discussões

Para Carvalho (2006), o processo educativo se torna um agente eficaz de transformação e formação humana. Dessa forma, buscou-se por meio da análise do PPP da Escola de Educação Básica em questão, diagnosticar a presença da Natureza Política da Educação Ambiental expressa no planejamento constante deste documento, e dentro do contexto da presente Instituição.

Portanto, iniciou-se a partir de um levantamento bibliográfico a análise do PPP na busca de identificar as práticas de Educação Ambiental, nessa primeira busca verificou-se que a primeira menção do termo Educação Ambiental é feita no subitem 9.5, localizado dentro do item 9.0 denominado como “Desafios Socioeducacionais”.

A partir disso, foi analisado todo o texto presente dentro no subitem 9.5 e observou-se que está sendo contemplado dentro desta Escola de Educação Básica por meio da referência à Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental. Veja: “A escola contemplará a Educação Ambiental como componente obrigatório da educação formal e não formal nos termos da Lei 9795/1999” (PPP, 2017, p.62). Desta forma, é importante estar discriminado no PPP a forma com que as ações e temáticas relacionadas à Educação Ambiental vem sendo desenvolvidas na presente instituição, uma vez, que faz parte dos desafios socioeducacionais propostos.

Diante disto, observou-se que esta Escola de Educação Básica visa integrar todas as disciplinas do conhecimento ofertadas na presente instituição com a prática da Educação Ambiental, o que de certa forma faz uma referência à necessidade da promoção da interdisciplinaridade no espaço escolar. A seguir o excerto que faz essa referência:

A questão ambiental exige uma integração de **todas as áreas**, pois é necessário que se enxergue as diferentes facetas e implicações dos problemas ambientais e dos conhecimentos, a fim de possibilitar ações mais consequentes e de menor impacto (PPP, 2017, p.62, grifo nosso).

Para que haja o desenvolvimento da interdisciplinaridade nas instituições de ensino, é necessário que as disciplinas se comuniquem entre si, que elas desenvolvam uma conexão, e a partir disso, formulem uma situação problema a qual visem trabalhar em conjunto. De forma a contemplar a interdisciplinaridade, Fortes (2009, p.4) descreve:

Para que ocorra a interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, trata-se de torná-las comunicativas entre si, concebê-las como processos históricos e culturais, e sim torná-la necessária a atualização quando se refere às práticas do processo de ensino-aprendizagem.

Para Schoeninger (2018), a interdisciplinaridade é aquela que integra os diversos saberes, mas mantendo suas particularidades.

As práticas educativas devem considerar as diferentes dimensões que permeiam a forma como o homem coloca-se no mundo, e, deste modo, considerar valores, conhecimentos e indicadores políticos que são imprescindíveis para que a interdisciplinaridade alcance seus objetivos (SCHOENINGER, 2018, p.18).

Para tanto, buscou-se saber como e quais ações/temas são trabalhadas nesta instituição para que se possa compreender se há a possibilidade de haver a comunicação entre as disciplinas. Observe o seguinte excerto presente no PPP em questão:

No Colégio serão promovidas atividades que visam sensibilizar os educandos para a Educação Ambiental, cujas ações cotidianas, como a “realização de peças teatrais, danças, filmes, dinâmicas de grupos, passeios, seminários, exposições e feiras (PPP, 2017, p.62).

Ao desenvolver diferentes práticas dentro de sala de aula e/ou no espaço escolar, possibilita que as disciplinas se comuniquem entre si e ao mesmo tempo os educandos passam a sentir-se integrados naquele meio e ações propostas, permitindo que estes usem de sua criatividade e imaginação transformando essas ações em algo lúdico, tornando-se prazeroso para que os alunos desenvolvam, pratiquem e aprendam sobre a Educação Ambiental. Uma vez que:

Em muitos casos uma atividade em sala de aula pode ser muito rica e diversificada para a educação ambiental, dependendo, em muito, da nossa capacidade criativa e da nossa habilidade no sentido de trazer para as nossas relações metodológicas e pedagógicas cotidianas, em cada disciplina, a discussão desta temática em suas múltiplas dimensões (BARCELOS, 2012, p.73).

Por meio de atividades criativas as quais deverão ser desenvolvidas pelos professores e educandos propostas no PPP dessa escola de Educação Básica, observa-se que esta tem por objetivo despertar nos alunos o senso reflexivo relacionados às questões socioambientais. A saber, “A escola deve ser o local privilegiado para a **reflexão** e para a **promoção social** do ideário denominado de Sociedade Sustentável. Tal ideário deve ser construído na prática a partir da realidade escolar e em suas inter-relações [...]” (PPP, 2017, p.62, grifo nosso).

Para isso, se torna importante o educando conhecer, sentir, fazer parte da realidade, a qual deseja transformar, para que assim as ações que a Escola de Educação Básica visa desenvolver se tornem efetivas e transformadoras.

A análise minuciosa deste documento possibilitou verificar a presença da Natureza Política da Educação Ambiental, uma vez que foi observado nesse documento a proposta de desenvolvimento de ações que contemplam as três dimensões como a dos valores éticos e estéticos, a dimensão do conhecimento e a dimensão política da Educação Ambiental. Veja o que está mencionado no item 9.5:

[..] parte do princípio que a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de **analisar a natureza** em um contexto entrelaçado de **práticas sociais** (PPP, 2017, p. 62, grifo nosso).

A educação ambiental, além de possibilitar aos alunos o **reconhecimento de fatores que produzam bem-estar ao conjunto da população, deve despertar no aluno um espírito de crítica às induções ao consumismo, além de desenvolver o senso de responsabilidade quanto ao uso dos bens comuns e dos recursos naturais, de modo que respeite o ambiente e as pessoas da comunidade** (PPP, 2017, p.62, grifo nosso).

A educação serve como vertente para alcançarmos a dimensão dos valores éticos e estéticos, essa dimensão contribui para a construção e fortalecimento de uma sociedade reflexiva, crítica e responsável. Além disso, observa-se a necessidade de levar aos alunos o reconhecimento de fatores que promovam o bem-estar e o entendimento do uso sustentável dos bens naturais, o que demonstra a aproximação com a dimensão dos conhecimentos necessários para o entendimento dessa temática.

No PPP, são trazidas algumas dificuldades a serem enfrentadas pelos alunos acerca da questão dos conhecimentos:

A complexidade da temática ambiental e a diversidade da realidade brasileira tornam mais difíceis à seleção dos **conteúdos** de forma que se garanta aos alunos a aprendizagem que lhes possibilite posicionar-se em relação às questões ambientais e atuar na melhoria de sua qualidade. Também a cultura, a história e os costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema Meio Ambiente, visto que ele se altera segundo as diferentes formas de organizações socioculturais (PPP, 2017, p.62, grifo nosso).

Também é possível observar a importância dada pela Instituição de Ensino sobre o desenvolvimento do senso crítico e a responsabilidade dos educandos, esses dois aspectos são indicadores de uma dimensão política sendo explicitada. Conforme, abordado por Layrargues (2006, p.191), a:

Educação Ambiental crítica é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas [...].

Para Guimarães (2004, p.31):

[...] sobre a perspectiva crítica da educação ambiental, acredito que as ações pedagógicas que reflitam essa compreensão devam superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental [...]. No entanto, superar essa tendência não significa negá-las, mas apropriá-las ao contexto crítico que pretendemos no processo educativo.

A fim de alcançar a perspectiva crítica da Educação Ambiental, é necessário que se tenha um PPP estruturado e que remeta às questões socioambientais relacionadas ao cotidiano, assim como um questionamento acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza, o qual foi observado nos excertos do PPP supracitados. Foi possível ainda observar que a presente instituição preocupa-se que os alunos sejam capazes de realizar ações voltadas ao meio em que estão inseridos de forma a importar-se com a relação sociedade-natureza para a construção de um compromisso ético com a sociedade.

Outros excertos apresentam a intencionalidade do PPP em relação à natureza política da Educação Ambiental. A saber, “A Educação Ambiental deverá garantir que alunos vejam a conservação do meio ambiente, e uso dos recursos naturais como **responsabilidade de cada um**, buscando a sensibilidade, **responsabilidade e a formação para a cidadania**” (PPP, 2017, p.62, grifo nosso)

Analisando o excerto supracitado, encontrou-se os termos como “responsabilidade” e “cidadania” consideradas palavras-chave para o alcance dessa dimensão. “O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo” (CARVALHO, 2012, p.189).

Dessa forma, assim como abordado por Carvalho (2006, p.29) “somos levados a *repensar* e a *reaprender* o mundo a partir de perguntas sobre o mundo”. Desta forma é necessário desconstruir o até então pensado para a transformação de uma nova relação sociedade-natureza (CARVALHO, 2006). Logo, entra em ação a importância da abordagem de alguns conteúdos históricos relacionados a Educação Ambiental, por isso torna-se importante o conhecimento histórico do mundo, sendo que “apreender a complexidade ambiental, implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento” (LEFF, 2002, p.191-192), portanto, o indivíduo necessita conhecer, compreender e (re)construir o conhecimento dentro do contexto ambiental sobre o mundo dos conhecimentos.

Para que seja possível a concretização da práxis humana quanto a ação política deve-se buscar na educação o desenvolvimento de um mecanismo possível a sensibilizar os

indivíduos, tornando-os capazes de participar ativamente das decisões em busca do cuidado com o bem comum da humanidade. Por meio da responsabilidade e reflexão de cada indivíduo poderá se ter a transformação de uma sociedade capaz de atuar em conjunto e alcançar o que chamamos de dimensão política.

É a necessária liberdade e autonomia como constituinte do ideal de cidadania que aproxima novamente essa dimensão política à dimensão de conhecimentos e valores. O sujeito autônomo é aquele que é capaz *de estabelecer juízos de valor e assumir responsabilidades pela escolha*. Além disso, a autonomia pressupõe a possibilidade dos sujeitos individualmente e coletivamente estabelecerem relações de responsabilidade com o meio natural e *escolherem livremente os meios e os objetivos de seu crescimento intelectual e as formas de inserção no mundo social* (p. 238). (CARVALHO, 2006, p.37, grifo do autor).

Para que se tenha a presença da Natureza Política da Educação Ambiental dentro de qualquer contexto, é preciso que as três dimensões estejam expressas em conjunto, nesse sentido diz-se que uma é complementar a outra. Desta forma, foi possível encontrar no PPP do Colégio Estadual em questão a Natureza Política da Educação Ambiental, a qual Carvalho (2006) apresenta, verificando a presença das dimensões intituladas como a valores éticos e estéticos, dimensão dos conhecimentos e dimensão política.

Com isso, foram pensadas em algumas possibilidades as quais poderiam ser desenvolvidas pelos docentes da presente instituição. Primeiro, trabalhar a Educação Ambiental de forma interdisciplinar juntamente com as demais disciplinas da instituição e/ou ainda de maneira transdisciplinar já que esta temática seja levada para a comunidade, além de ser trazida pelas PCN's (1997) como um tema transversal. A integração deste tema com as diversas disciplinas, faz com que os alunos possam ampliar sua visão sobre Educação Ambiental, de forma a olhar e relacionar os fatores sociais, históricos, culturais e econômicos da população com esse tema. Outra possibilidade seria firmar parceria com universidades, prefeitura, organizações/corporações/empresas locais para realizarem palestras, grupos de discussões com a instituição de Educação Básica, e ainda para desenvolver em conjunto ações em prol do ambiente e que possam refletir no meio em que estão inseridos.

Assim como possibilidades do desenvolvimento de uma Educação Ambiental dentro da Escola de Educação Básica, também se encontra algumas limitações relacionadas a este tema as quais podem ser implicadas quanto à Educação Ambiental no âmbito escolar. Uma dessas limitações pode ser encontrada nos planejamentos de aulas os quais podem não ser elaborados conforme o proposto no PPP, desta forma é possível que as ações relacionadas a temática ambiental não sejam atendidas assim como previsto no documento que orienta sobre o trabalho escolar e que foi foco específico dessa análise. Outra limitação pode ser ainda

sobre a dificuldade encontrada por alguns professores em desenvolver uma prática eficiente para trabalhar de forma interdisciplinar a Educação Ambiental com os alunos dentro de sua própria disciplina por diversos motivos, entre eles, muitas vezes está a sua própria formação inicial que não contemplou essa temática.

Observa-se que, diante dos limites presentes em relação à prática de Educação Ambiental, ainda existem possibilidades, as quais devem ganhar uma atenção especial dos gestores e educadores das Instituições de Ensino, pois, será por meio das ações promovidas por esses sujeitos que a sensibilização dos educandos poderá ser despertada, possibilitando a construção de uma sociedade democrática e responsável por suas ações, fortalecendo uma nova relação entre sociedade-natureza.

5. Conclusões

A análise do documento PPP do determinado Colégio Estadual localizado em um município do sudoeste do Paraná possibilitou a verificação da presença da Natureza Política da Educação Ambiental, sendo encontradas as dimensões dos valores éticos e estéticos, a dimensão dos conhecimentos e a dimensão política. Percebeu-se dessa maneira, o anseio da presente escola de Educação Básica por meio da inserção da Educação Ambiental no principal documento da escola, o PPP, visando a sensibilização dos educandos e a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Cabe aqui mencionar, que essa pesquisa não teve como fonte de dados os planos de aula e a observação das práticas docente, sendo essa análise especificamente, voltada para análise documental do PPP.

Contudo, após a análise deste documento observou-se em alguns limites e possibilidades que possam estar presentes quanto ao desenvolvimento das ações de Educação Ambiental no ambiente desta Escola de Educação Básica. No que se refere às possibilidades merece destaque as práticas que a instituição visa desenvolver com os alunos de forma interdisciplinar. Por outro lado, encontraram-se algumas supostas limitações as quais podem ser demasiadas dentro das escolas, e que devem ganhar uma atenção especial dos gestores, educadores e pesquisadores, sendo importante que esses contribuam com sugestões aos limites encontrados, gerando propostas que levem a reflexão do indivíduo quanto ao seu atual modo de vida, possibilitando mudança das suas ações como parte de uma sociedade, compreendendo os diversos fatores que fazem parte de uma cidadania, instigando-os a produzir com sua própria criatividade processos educativos de Educação Ambiental.

Espera-se que a análise deste documento contribua para o debate a respeito das questões ambientais e o processo educativo dentro desta Escola de Educação Básica e outras, possibilitando a formação de cidadãos que questionem o atual modelo de relação sociedade-natureza e, a partir disso promovam ações para mudar os cenários existentes.

No entanto, como não foram analisados os planos de aula dos docentes, nem realizadas observações da prática desses profissionais, não foi possível por meio desta pesquisa comprovar se na prática se materializa o que está previsto na dimensão política do PPP da escola. Essa é uma lacuna que precisa ser investigada posteriormente, a fim de constatar se as ações voltadas a esta dimensão são desenvolvidas na prática por essa instituição, procurando investigar a maneira com que os professores desenvolvem essas práticas, e se há um questionamento acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza numa perspectiva crítica, a qual é adotada pela nossa equipe de pesquisadores que se propuseram a realizar essa pesquisa.

Referências

AMARAL, Anelize Queiroz. *Educação Ambiental e a dimensão política: um estudo de caso do programa de formação de educadores ambientais da usina hidroelétrica Itaipu Binacional*. 2018. 306 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2018.

BARCELOS, Valdo. *Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. *Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável*. Brasília. 4.ed. 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Um pouco da História da Educação Ambiental*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. Brasília. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 07 jul. 2018.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Luiz Marcelo. A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle; LOGAREZZI, A. *Consumo e Resíduos - Fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos, EdUFSCar, 2006.

CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle; CARVALHO, Luiz Marcelo. As dimensões dos valores e da participação política em projetos de professoras: abordagens sobre os resíduos sólidos. *Ciência & Educação*. v. 10, n. 2, p. 161-171, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132004000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 set. 2018.

COLÉGIO ESTADUAL “DUQUE DE CAXIAS” ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. *Projeto Político Pedagógico*. Saudade do Iguaçu, 2017. Disponível em: <http://www.sddeduquedecaxias.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/23/2647/35/arquivos/File/PP2017.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FORTES, Clarissa Corrêa. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. *Revista acadêmica Senac on-line*. 6. ed. set-nov, 2009.

GIBBS, Graham. R. *Análise de Dados Qualitativos*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200/36944>. Acesso em: 10 out. 2018.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo. v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan-mar. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, José Silva (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 3. ed. Brasília: Ibama, 2006.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

OLIVEIRA, Eliane Toná de; ROYER, Marcia Regina. A Aducação Ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v. 10, n. 30, p. 57 – 78, 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. *Educação ambiental*. Curitiba: SEED – PR, 2008. - 112 p. - (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1). Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_ed_ambiental2008.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

SCHOENINGER. Fernanda Patricia. *Ambientalização curricular e a dimensão política da educação ambiental no projeto pedagógico do curso de ciências biológicas de uma universidade pública no estado do Paraná*. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2018.

SENA, Livia Moreiras; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. A dimensão valorativa da temática ambiental e o trabalho com valores em aulas de ciências. *Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XVIII. v. 23, n. 24, p. 179-199. 2012. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1897/1778>. Acesso em: 22 set. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: Um convite à reflexão. In: VEIGA, Ilmas Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Orgs.). *Escola: Escola do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

La dimensión política de la educación ambiental en el proyecto político pedagógico (PPP) de un colegio del estado en un municipio del suroeste del Estado de Paraná – Brasil

Resumen

El presente estudio trae como objeto de investigación, el análisis del Proyecto Político Pedagógico (PPP), de un determinado Colegio del Estado, ubicado en un municipio del suroeste del estado de Paraná - Brasil. De esta manera, el problema de investigación es la indagación sobre posibles indicadores que apuntan a la dimensión política de la Educación Ambiental presente en el PPP. Por lo tanto, este trabajo ofrece una breve reseña histórica de la Educación Ambiental desde sus inicios hasta que fue discutida en el ámbito de la Educación Brasileña y su incorporación en documentos oficiales. Por tanto, el recorrido metodológico utilizado en esta investigación fue de carácter cualitativo a través del levantamiento bibliográfico y análisis documental del PPP del Colegio Estatal en cuestión, por lo que se buscó verificar cómo se ha desarrollado la Educación Ambiental en la escuela, y si en este documento PPP se muestran indicadores de la dimensión política de la Educación Ambiental y cómo se mencionan. Sin embargo, luego de los análisis, se observó la presencia de la Naturaleza Política de la Educación Ambiental, así como los límites y posibilidades del desarrollo de esta práctica en la Institución Docente de Educación Básica. Aún así, fue posible visualizar la búsqueda del desarrollo del sentido crítico de sus alumnos y la construcción de la formación de sujetos reflexivos sobre el modelo actual de relación sociedad-naturaleza.

Palabras claves: Dimensión política; Educación ambiental; Proyecto Político Pedagógico.

La dimension politique de l'éducation environnementale dans le projet pédagogique politique (PPP) d'un collège d'Etat dans une municipalité du sud-ouest de l'État de Paraná – Brésil

Résumé

La présente étude apporte comme objet de recherche, l'analyse du Projet Politique Pédagogique (PPP), d'un certain State College, situé dans une municipalité dans le sud-ouest de l'état de Paraná - Brésil. De cette manière, la recherche en tant que problème de recherche sur les indicateurs possibles qui pointent vers la dimension politique de l'éducation à l'environnement présente dans le PPP est soulevée comme un problème de recherche. Par conséquent, ce travail fournit un bref aperçu historique de l'éducation environnementale depuis sa création jusqu'à ce qu'elle soit discutée dans le cadre de l'éducation brésilienne et de son incorporation dans les documents officiels. Par conséquent, le chemin méthodologique utilisé dans cette recherche était de nature qualitative à travers l'enquête bibliographique et l'analyse documentaire du PPP du State College en question, par conséquent, il a été cherché à vérifier comment l'éducation environnementale a été développée dans l'école, et si dans ce document PPP montre des indicateurs de la dimension politique de l'éducation environnementale et comment ils sont mentionnés. Cependant, après l'analyse, la présence de la nature politique de l'éducation à l'environnement a été observée, ainsi que les limites et les possibilités de développement de cette pratique dans l'institution d'enseignement de l'éducation de base. Pourtant, il était possible de visualiser la recherche du développement du sens critique de ses étudiants et la construction de la formation de sujets réflexifs sur le modèle actuel de relation société-nature.

Mots-clés: dimension politique; Éducation environnementale; Projet politique pédagogique.

The political dimension of environmental education in the political pedagogical project (PPP) of a state college in a municipality in the southwest of the State Paraná – Brazil

Abstract



The present study brings as an object of research, the analysis of the Pedagogical Political Project (PPP), of a certain State College, located in a municipality in the Southwest of the state of Paraná - Brazil. This way, the research problem is the investigation about possible indicators that point to the political dimension of Environmental Education present in the PPP. Therefore, this work provides a brief historical overview of Environmental Education from its inception until it was discussed in the scope of Brazilian Education and its incorporation in official documents. Therefore, the methodological path used in this research was of a qualitative nature through the bibliographic survey and documentary analysis of the PPP of the State College in question, therefore, it was sought to verify how Environmental Education has been developed in the school, and if in this PPP document shows indicators of the political dimension of Environmental Education and how they are mentioned. However, after the analysis, the presence of the Political Nature of Environmental Education was observed, as well as the limits and possibilities of the development of this practice in the Basic Education Teaching Institution. Still, it was possible to visualize the search for the development of the critical sense of their students and the construction of the formation of reflective subjects regarding the current model of society-nature relationship.

Keywords: Political Dimension; Environmental education; Political Pedagogical Project.